

Universidade: a construção da cidadania e a
afirmação da soberania nacional

UFES — Vitória, 10 a 13 de maio de 1994

Os Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, reunidos em Vitória do Espírito Santo, de 10 a 13 de maio de 1994, aprovaram o Documento Final que se segue, dirigido a toda comunidade acadêmica e às instâncias organizadas da sociedade. O documento reúne contribuições dos Encontros Regionais do Fórum de Pró-Reitores de extensão das Universidades Públicas Brasileiras realizados em 1994 e apresenta recomendações quanto ao papel da Universidade na construção da cidadania e na afirmação da soberania nacional.

UNIVERSIDADE: A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA E A AFIRMAÇÃO
DA SOBERANIA NACIONAL

Assumindo posição na transformação da sociedade brasileira, a Universidade deve ser um espaço aberto às discussões que viabilizem o pleno exercício da cidadania para a superação de toda sorte de excludência ou marginalização que ainda mantêm grande parte da população alheia ao exercício de seus direitos sociais, políticos e econômicos e afastada do processo de transformação que se opera em todas as áreas do conhecimento humano.

Se a construção do conceito de cidadania traz em sua história a sombra da exclusão, as sociedades democratas impõem a universalização dos direitos que este conceito, em sua origem, visava manter como privilégio.

Na Universidade, Ciência, Arte e Tecnologia, tendo funções sociais definidas, devem igualmente alicerçar-se nas prioridades do local, da região, do país; caso contrário, produzir-se-á num contexto cultural alienando, tendendo para o simples intelectualismo. Por isso mesmo, a

universidade não pode imaginar-se proprietária de um saber pronto e acabado que vai ser oferecido à sociedade mas, pelo contrário, exatamente porque participa desta sociedade deve estar sensível a seus problemas e apelos, quer através de uma escuta humilde dos grupos sociais com os quais interage, quer através das questões que surgem de suas atividades próprias de ensino, pesquisa e extensão. A especificidade da universidade como Instituição exige de seus integrantes a constante busca do equilíbrio adequado entre as demandas que lhe são socialmente exigidas e os saberes e as inovações que surgem do trabalho de seus professores, estudantes e servidores técnico-administrativos.

É oportuna a participação da universidade em todos os movimentos que visem a superação das atuais condições de desigualdade e exclusão existentes no Brasil. A universidade e, em especial as pró-reitorias de extensão devem induzir programas e projetos que visem enfrentar os problemas específicos produzidos pela situação de exclusão.

Inúmeros programas e projetos em andamento já indicam esta vontade criadora da universidade de participar ativamente da formulação e do equacionamento dos graves problemas nacionais. A falta de sistematização dessas atividades talvez ofereça um quadro incompleto para que se perceba o efetivo engajamento da universidade pública Brasileira na compreensão e transformação das condições atuais da vida brasileira.

A natureza pública da universidade se confirma na proporção em que diferentes setores da população brasileira usufruam dos resultados produzidos pela atividade acadêmica. A extensão universitária tem, neste particular, o decisivo papel de promover a superação do isolamento em que os atores sociais são mantidos, condição agravada atual crise brasileira. No caso da universidade, este isolamento debilita sua natureza pública e enfraquece o significado social dos saberes nela produzidos.

A universidade pública, para contribuir com a construção da cidadania e a afirmação da soberania nacional, precisa mudar de atitude, abandonando sua atual postura reativa e dependente e assumindo uma postura projetiva e prospectiva.

A afirmação da soberania nacional passa pela mediação da construção da cidadania e é imprescindível que a universidade em suas diversas atividades assumam um papel ativo neste processo.

A universidade passa a ter a cara a sociedade, construindo a cidadania, que na mediada em que, em seu cotidiano, conseguir inse-

rir essa preocupação. Em outros termos, quando essa preocupação se tornar visível nas salas de aula, nos laboratórios e nas atividades extra *campus*. Enfim quando o ensino, pesquisa e extensão se harmonizam numa ação cidadã.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E CIDADANIA

Considerada como um conjunto de direitos civis, políticos e sociais a Cidadania acarreta, em consequência uma série de deveres do indivíduo para com o Estado e a sociedade.

O reconhecimento pela lei que garanta todos os direitos e os deveres é o que caracteriza a passagem da condição do indivíduo para cidadão.

Entre nós, lutas sociais e políticas travadas por segmentos da população brasileira que buscavam o aperfeiçoamento não lograram, de fato, criar um modelo de sociedade capaz de incluir toda a população no pleno exercício de seus direitos civis, políticos, econômicos e sociais.

A universidade brasileira - pública, laica e gratuita - lugar de reflexões sociais e fonte de novas teorias e novas práticas está convocada hoje, mais do que nunca, a desempenhar sua função. Identificada como sujeito social, deve inserir-se na sociedade, cumprindo seus objetivos de produtora e difusora de ciência, arte tecnologia e cultura compreendidas como um campo estratégico vital para a construção da cidadania.

A estrutura interna da universidade reflete a estrutura de poder da sociedade. As práticas corporativistas, a tecnoburocracia, a segmentação entre as diversas categorias e a departamentalização fragmentadora do conhecimento, emperram as ações e comprometem a continuidade do processo de produção acadêmica, resultando na ausência da universidade na definição de políticas de setores estratégicos da nação.

Para atuar como efetivo sujeito social, a universidade carece ainda de promover uma reflexão sobre si mesma. Esta reflexão já teve seu início e as frequentes iniciativas de avaliação do desempenho da universidade em suas diversas atividades indicam a maturidade com que a universidade vem enfrentando seus problemas e limitações. A experiência da extensão universitária contribui para intensificar este processo na medida em que promove relações estreitas e imediatas com

grupos sociais definidos, cujas aspirações com relação ao papel da universidade permitem compreender melhor as potencialidades e limitações da instituição universitária.

É através desse intercâmbio rico e diversificado que a universidade pode reavaliar seu papel e contribuir para a elaboração de uma nova cultura da cidadania no Brasil. Não se pretende opor de modo ingênuo e maniqueísta a pesquisa básica e a pesquisa aplicada, descaracterizando a singularidade da universidade como instituição, trata-se de conceber e implementar atividades onde estas diferentes modalidades de produção de saber estejam articuladas e sensíveis às questões que hoje definem as próprias condições de existências das instituições brasileiras.

Seria pretensioso e paradoxal particularizar a questão da cidadania como responsabilidade exclusiva da extensão universitária. Cabe, no entanto, a proposição de algumas diretrizes que orientem ações extensionistas nessa área específica, contribuindo para uma ação crítica e criativa do fazer acadêmico.

DIRETRIZES

O Fórum entende que a ação acadêmica das universidades públicas, em particular as atividades de extensão, devem voltar-se prioritariamente para os setores da população que vêm sendo sistematicamente excluídos dos direitos e da compreensão da cidadania.

O engajamento das universidades na luta pela cidadania plena só se realiza através da efetiva articulação com instituições e organismos da sociedade brasileira, sociedade civil e política, igualmente comprometidas com as transformações do atual quadro de exclusão social.

O Fórum entende que uma das diretrizes prioritárias é a atuação junto ao sistema de ensino público, com o fortalecimento da educação básica através de contribuições técnico-científicas e colaborando na construção e difusão de valores da cidadania.

A ação cidadã da universidade implica em repensar suas relações internas à luz dos valores da cidadania, estimulando processos que visem a eliminar as distorções que persistem em seus próprios quadros.

A ação cidadã das universidades não pode prescindir da efetiva difusão dos saberes nela produzidos, de tal forma que as populações

cujos problemas tornam-se objeto da pesquisa acadêmica sejam também considerados sujeito deste conhecimento tendo, portanto, pleno direito às informações resultantes dessas pesquisas.

RECOMENDAÇÕES

Implementação dos banco de dados sobre as atividades de extensão e criação de rede de comunicação informatizada entre as pró-reitorias de extensão do Fórum.

Recomenda-se que seja criada uma comissão técnica para o estudo da viabilização dessa rede. Sugere-se que este seja um projeto que conte com o apoio do programa de extensão/MEC.

Ampliação das práticas de parceria institucional visando a promover ações que favoreçam o enraizamento das múltiplas facetas que a questão da cidadania suscita, particularmente no que diz respeito aos direitos sociais e políticos.

Desenvolvimento das práticas e instrumentos de divulgação de forma a favorecer a ampla participação da comunidade universitária nos debates relativos à extensão em sua dimensões acadêmica, política e social.

A prestação de serviços deve ser produto do interesse acadêmico, científico, tecnológico e artístico do ensino, pesquisa e extensão. Recomenda-se que sua ação, dependendo da especificidade de cada instituição de ensino superior, seja gerenciada ou articulada pelas pró-reitorias de extensão ou correspondentes. Neste sentido sugere-se que sua normatização institucional permita o acesso do corpo docente, discente e técnico-administrativo nos projetos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Fórum examinou também questões relativas à institucionalização de seu Programa junto ao MEC e ao processo de avaliação das atividades de extensão, sobre as quais formula as seguintes recomendações:

Quanto à consolidação do Programa de extensão desenvolvido em conjunto com a Divisão de Graduação e extensão da SESu/MEC, o Fórum entende que o Programa deve ser mantido e fortalecido através de providências tais como:

- a) consolidar os recursos para o Programa através de inclusão de rubrica orçamentaria própria no orçamento do MEC; demanda também que exista uma infra-estrutura operacional para seu efetivo funcionamento;
- b) implementar ações políticas junto a organismos da Educação Superior, tais como CRUB, ANDIFES, ABRUEM e outros Fóruns de Pró-Reitores no sentido de esclarecer o importante papel desempenhado pelo Programa de extensão do MEC, angariando apoio para sua institucionalização;
- c) fortalecer ação do Comitê Assessor do Programa, cujo papel deve ser orientado para avaliação dos Projetos das IES e para melhor análise e compreensão do perfil da extensão da universidade pública;
- d) promover a avaliação do impacto dos recursos do programa de extensão do MEC junto às atividades de extensão das IES, de forma a fortalecer as reivindicações de sua plena consolidação em rubrica própria;
- e) estimular a criação de linhas de Fomento às atividades de extensão em níveis federal, estadual e municipal.

Quanto às questões relativas à avaliação das atividades de extensão, o Fórum entende que as recomendações contidas no Documento Final do VII Encontro, realizado em Cuiabá, em junho de 1993, devem ser implementadas para que se possa ter uma avaliação da capacidade dos indicadores sugeridos de modo a conferir um efetivo conhecimento das atuais práticas de extensão. Recomenda-se especial atenção para que esta iniciativa de avaliação de atividades de extensão busque, além de seus objetivos específicos, estabelecer processos que contribuam para produzir um consenso sobre a importância dessas atividades de tal forma que a avaliação seja também um estímulo à sua sistematização.

Promover avaliação interna dos resultados obtidos por cada instituição no uso dos recursos oriundos do Programa de Fomento do MEC.

Reproduzido de:

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org). **Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas** – Documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras 1987 – 2000. Belo Horizonte: PROEX/UFMG; o Fórum, 2000.